

DIAGNÓSTICO SOCIOPRODUTIVO DE LOTES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO PALMARES II (PA): DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE RURAL

SOCIOPRODUCTIVE DIAGNOSIS OF FAMILY PLOTS IN THE PALMARES II SETTLEMENT (PA): CHALLENGES AND POTENTIAL FOR RURAL SUSTAINABILITY

Nadja de Albuquerque da Silva¹
Edney Pinho de Oliveira Filho²
Maria Eduarda Nobre Teixeira³
Ester Sizane da Silva Carvalho⁴
Yasmin Batista Nunes⁵
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho⁶

Área Temática: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, DINÂMICA TERRITORIAIS E
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

A Reforma Agrária constitui-se como um dos instrumentos mais relevantes para promover justiça social no campo, democratização do acesso à terra e enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam o meio rural brasileiro. Diante disso, este estudo analisou oito lotes agrícolas no Assentamento Palmares II, Parauapebas-PA, com o objetivo de diagnosticar suas condições socioprodutivas. A metodologia baseou-se no Diagnóstico Rural Participativo, com abordagem qualitativa. Os resultados revelam diversidade produtiva, saberes tradicionais e práticas agroecológicas em construção, embora persistam desafios como baixa assistência técnica, êxodo rural e uso de insumos externos. Conclui-se que políticas públicas integradas e incentivo à agroecologia são cruciais para a permanência das famílias e o fortalecimento da agricultura familiar no assentamento.

Palavras-Chave: Agroecologia, Assistência técnica, Políticas públicas, Reforma agrária.

Abstract

Agrarian Reform is one of the most important instruments for promoting social justice in rural areas, democratizing access to land, and addressing the structural inequalities that characterize the Brazilian rural environment. In view of this, this study analyzed eight agricultural plots in the Palmares II Settlement, Parauapebas-PA, with the aim of diagnosing their socio-productive conditions. The methodology was based on Participatory Rural Diagnosis, with a qualitative approach. The results reveal productive diversity, traditional knowledge, and agroecological practices under construction, although challenges such as low technical assistance, rural exodus, and use of external inputs persist. It is

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail: nadjaalbuquerque27@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail: edneyfilho03@gmail.com

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail:eduardanobre039@gmail.com

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail:estercarvalho1523@gmail.com

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail:yasmin.agrolks@gmail.com

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; E-mail:roberta.coelho@ifpa.edu.br

concluded that integrated public policies and incentives for agroecology are crucial for the permanence of families and the strengthening of family farming in the settlement.

Key words: Agroecology, Technical assistance, Public policies, Agrarian reform.

1. Introdução

A Reforma Agrária no Brasil constitui-se como um dos instrumentos mais relevantes para promover justiça social, democratização do acesso à terra e enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam o meio rural brasileiro. Herança de um processo histórico de formação fundiária excludente, a concentração de terras no país remonta ao período colonial, quando a implantação das capitâneas hereditárias e, posteriormente, do modelo de latifúndio monocultor, moldou uma estrutura agrária altamente desigual, cujos efeitos ainda se refletem nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do campo brasileiro (Fernandes, 2000; Delgado, 2012).

O principal objetivo da Reforma Agrária é assegurar o acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, criando condições para que possam desenvolver atividades produtivas, construir modos de vida dignos e contribuir para a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável (Stedile, 2011). Esse direito, além de ser uma demanda histórica dos movimentos sociais, encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 186, estabelece que a propriedade rural deve cumprir sua função social, pautada na utilização produtiva da terra, na preservação do meio ambiente, na observância das normas trabalhistas e na promoção do bem-estar coletivo (Brasil, 1988).

Nesse contexto, surgiram diversos movimentos sociais de luta pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atua na organização de trabalhadores rurais em prol da Reforma Agrária. O MST defende que terras improdutivas, que não cumprem sua função social, sejam destinadas a famílias agricultoras, com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento rural baseado na justiça social, na sustentabilidade ambiental, na agroecologia e na melhoria das condições de vida no campo (Stedile, 2011).

Assim, a criação de assentamentos rurais, é uma das formas de operacionalizar esse processo, constituindo territórios nos quais se desenvolvem práticas de produção agrícola

familiar e de organização social. Essas divisões de terras são feitas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) este é o órgão responsável pelo ordenamento fundiário nacional e dentre suas atribuições está a realização de projetos de colonização e a criação de projetos de assentamentos no Brasil.

Nesses assentamentos, a agricultura familiar constitui o principal modelo produtivo, e é reconhecida por sua importância na geração de alimentos, na manutenção da biodiversidade, na preservação dos saberes tradicionais e no fortalecimento das economias locais (Silva, 2017). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, mais de 77% dos estabelecimentos rurais do Brasil são de agricultores familiares, responsáveis por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros (IBGE, 2019).

Além de sua relevância econômica e social, os assentamentos desempenham um papel estratégico na preservação ambiental, especialmente quando adotam práticas agroecológicas, manejo sustentável dos recursos naturais e recuperação de áreas degradadas, contribuindo, assim, para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a construção de territórios ambientalmente sustentáveis (Altieri, 2004; Carneiro, 2012).

Entretanto, apesar dos avanços, os assentamentos de Reforma Agrária ainda enfrentam inúmeros desafios que comprometem sua consolidação, tais como limitações no acesso a crédito, assistência técnica insuficiente, precariedade na infraestrutura, dificuldades na comercialização e políticas públicas nem sempre adequadas à realidade desses territórios (Sangalli, 2015; Sauer, 2010). Esses obstáculos, somados ao avanço do agronegócio e às recentes políticas de desmonte dos programas de apoio à agricultura familiar, agravam as condições de permanência e desenvolvimento das famílias no campo.

Diante desse cenário, torna-se, portanto, necessário compreender os fatores que favorecem ou limitam o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos, analisando suas práticas produtivas, o acesso a recursos, as condições socioeconômicas e os mecanismos de organização interna.

Sendo assim, o presente trabalho visa realizar uma análise diagnóstica das condições produtivas e socioeconômicas de oito lotes agrícolas do Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas (PA), buscando identificar desafios, potencialidades e perspectivas para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e solidário.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. As ferramentas utilizadas neste trabalho basearam-se no Diagnóstico Rural Participativo (DRP) proposto por (Verdejo, 2006).

A abordagem permite não apenas coletar dados técnicos, mas também compreender os aspectos subjetivos, culturais e históricos que influenciam as práticas agrícolas e as estratégias de reprodução social no meio rural. A investigação foi desenvolvida a partir de uma vivência acadêmica no Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, estado do Pará, durante o período de 5 a 15 de novembro de 2022. A atividade fez parte de um estágio de vivência proposto pelo curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Castanhal.

O Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, no sudeste do Pará, é um dos maiores assentamentos da região amazônica. Criado a partir da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o assentamento Palmares II é um exemplo significativo de ocupação popular que resultou em regularização fundiária e formação de comunidades agrícolas que hoje desempenham papel estratégico na produção de alimentos e organização popular (MST, 2023). Com mais de 500 famílias assentadas, o local é marcado pela diversidade produtiva, pela luta por direitos e pela resistência frente aos desafios estruturais.

O processo de ocupação e construção do assentamento teve início por volta de 1994, com cerca de quase 3.000 famílias sem terras ocupando uma área de permissão da empresa Vale S. A, sendo em seguida despejadas, e em meio a tantas dificuldades e anos de lutas e ocupação no INCRA de Marabá e na Câmara municipal de Parauapebas em 1996, a área da antiga fazenda Rio Branco é desapropriada, dando início a criação do assentamento Palmares I e II devidamente regularizados (Souza, 2010).

Durante a vivência, foram visitados oito lotes agrícolas previamente selecionados pelos professores organizadores do estágio, buscando-se garantir diversidade nas formas de produção e nas condições socioeconômicas observadas. Foram feitos registros em caderno de campo, fotografias, diálogos informais com os assentados e anotações individuais dos discentes. O caráter não estruturado das entrevistas informais favoreceu o levantamento de percepções

espontâneas sobre os desafios enfrentados, as práticas produtivas adotadas e as formas de organização no território.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, a partir da categorização das informações coletadas em cinco eixos temáticos principais: Produção agrícola e pecuária; Infraestrutura dos lotes e acesso a serviços públicos; Estratégias de comercialização e renda; Acesso a políticas públicas e assistência técnica, e Desafios enfrentados e potencialidades percebidas pelos agricultores.

Optou-se por uma análise diagnóstica que respeitasse a complexidade e a heterogeneidade do espaço rural, com base nos referenciais teóricos da agroecologia, do desenvolvimento rural sustentável e da sociologia rural. Assegurando o respeito ético, garantia dos direitos e consentimento dos agricultores nessa pesquisa foi solicitado aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3. Resultados/Discussões

A análise dos dados permitiu identificar aspectos fundamentais da realidade socioprodutiva das famílias agricultoras assentadas, revelando elementos-chave sobre suas estratégias de produção, comercialização e organização do trabalho no contexto da agricultura familiar. Tais informações são essenciais para compreender os desafios enfrentados pelas famílias no processo de transição agroecológica, bem como as potencialidades locais para o fortalecimento de sistemas sustentáveis de produção.

3.1 Caracterização Socioprodutiva

A análise dos lotes agrícolas revela a predominância de sistemas produtivos familiares com elevada diversidade agrícola e zootécnica. A maioria das propriedades combina roçados, quintais produtivos, criação de animais, fruticultura, piscicultura e, em alguns casos, Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esse padrão reflete características típicas da agricultura familiar amazônica, marcada pela multifuncionalidade e pela articulação entre produção para autoconsumo e geração de renda (Altieri, 1998).

O Sítio 5 Estrelas, possui 9,68 hectares (ha) e destaca-se entre os lotes visitados por apresentar a maior diversidade produtiva, com cultivo agrícola, fruticultura e criação de animais de forma integrada. Conta com um igarapé e área de preservação permanente (APP), além de

relatar o uso de insumos químicos e rações industrializadas. É o único lote que informou acesso recente a políticas públicas e assistência técnica, o que tem favorecido sua capacidade de gestão e inovação. No entanto, ainda enfrenta desafios relacionados ao uso intensivo de químicos.

A propriedade Clarão da Lua tem 19,05 ha, possui fruticultura e agricultura como atividades principais, mas apresenta baixa diversificação. Possui uma APP como recurso natural estratégico, embora o manejo adotado siga práticas tradicionais, com pouco uso de tecnologias ou inovações. A ausência de assistência técnica limita as possibilidades de avanço produtivo, sendo o principal desafio relatado a dificuldade de integração dos sistemas.

O lote da família João e Dalva possui 10 ha é voltado para fruticultura e criação animal. Relatam o uso de barragens como recurso hídrico, mas não há acesso a políticas públicas nem assistência técnica. A propriedade apresenta práticas de manejo baseadas em consórcios de culturas e enfrenta problemas como escassez hídrica e baixa fertilidade do solo, o que dificulta o aumento da produtividade.

A propriedade da Dona Geny possui 12 ha e concentra sua produção na criação de animais e possui tanques para uso hídrico. Relata uso de adubos naturais, mas não possui acompanhamento técnico. Um dos desafios apontados é a dificuldade de acesso a insumos e à mão de obra, o que compromete a eficiência do sistema produtivo. A diversificação da produção também é baixa, além da baixa integração entre os subsistemas de produção.

O lote de Francisco e Helena com 11 ha, apresenta estrutura baseada na fruticultura e na criação animal. O recurso natural mais relevante é a presença de solo orgânico e uma APP. O manejo é misto, com a intenção de adotar sistemas agroflorestais (SAFs), embora relatado que o SAF implementado apresenta erros técnicos. O casal não possui acesso a políticas públicas nem apoio técnico. A principal limitação é a sombra excessiva nas áreas produtivas e a falta de orientação técnica para o manejo adequado.

A propriedade de Tiririca e Neta possui 28,59 ha, a maior entre as analisadas, concentra-se na criação animal, utilizando extensivamente a área e recursos como o babaçu, utilizado na produção de carvão. O manejo é tradicional e artesanal, com uso de práticas de pousio e extração. A família não acessa políticas públicas nem assistência técnica e relata o envelhecimento dos trabalhadores como um desafio significativo para a continuidade da atividade produtiva.

O lote de Zezão e Ivanete possui 25 ha, trabalha com criação animal, sem produção vegetal expressiva. Possui um rio e APP, recursos naturais relevantes, mas que não são plenamente utilizados. O manejo é extensivo e baseado em práticas tradicionais. Os agricultores enfrentam dificuldades com irrigação e controle de plantas invasoras como a malva, além da falta de suporte técnico.

A Chácara Ventania com 12,25 ha, combina criação animal e cultivo de hortaliças, com recursos hídricos compostos por nascente e poço. O manejo é artesanal, sem uso intensivo de insumos químicos. Apesar do potencial produtivo, os agricultores não têm acesso a políticas públicas nem assistência técnica. O desafio principal é a baixa diversificação da produção e o risco de sobrecarga de trabalho, especialmente devido à escassez de mão de obra jovem.

O lote Sítio 5 Estrelas, possui acesso recente a programas institucionais, como ações da Secretaria Municipal de Produção Rural. As demais propriedades não recebem apoio governamental, o que restringe a capacidade de investimento e inovação. A diversificação produtiva, elemento fundamental para a sustentabilidade da agricultura familiar, ainda é baixa na maioria dos lotes, o que acarreta vulnerabilidades econômicas e ambientais.

Além disso, os principais desafios recorrentes incluem ausência de políticas públicas estruturantes, baixa integração entre os componentes produtivos, escassez de mão de obra jovem, ocasionado pelo êxodo rural da juventude e uso predominante de práticas convencionais e insumos externos. Tais aspectos limitam a autonomia produtiva das famílias e indicam a necessidade urgente de estratégias de apoio à transição agroecológica (Guadarrama-Zugasti e Trujillo-Ortega, 2019) e à sucessão rural no assentamento, como forma de garantir a continuidade do modelo camponês.

3.2 Perfil Etário nas Propriedades Familiares

Uma questão que foi observada é a dependência da mão de obra familiar envelhecida, com baixa inserção das novas gerações. Seis das oito propriedades são geridas por casais idosos, com relatos de pouca ou nenhuma participação dos filhos na rotina produtiva.

Em diversos casos, como no sítio do Sr. Zezão e Dona Ivanete ou na Chácara Ventania, o trabalho é realizado quase integralmente por um dos membros do casal, sobrecarregado pela ausência de mão de obra jovem. Essa situação compromete diretamente a continuidade dos

sistemas de produção e agrava os desafios cotidianos, como manejo de pastos, alimentação de animais e irrigação dos cultivos.

Essa realidade é evidenciada pelo perfil etário dos agricultores entrevistados, conforme apresentado na tabela 1, onde se observa a predominância de pessoas com mais de 50 anos à frente das unidades produtivas.

Tabela 1. Perfil etário e composição familiar dos agricultores residentes nos lotes agrícolas do Assentamento Palmares II.

Propriedades	Nomes	Idade	Função/Ocupação
Lote 1 Chácara Ventania	Maria Raimunda	49	Agricultora familiar
	Maria Victoria	8	Estudante
Lote 2 Sítio 5 Estrelas	Maria	39	Agricultora familiar
	Daniel	46	Agricultor familiar
Lote 3 Clarão da Lua	Eldimar	66	Agricultor familiar
	Rita	58	Agricultora familiar
	Adriely	19	Estudante
	Anthácio	15	Estudante
Lote 4	Dhioney	18	Estudante
	Zeção	71	Agricultor familiar
Lote 5	Ivanete	65	Agricultora familiar
	Tiririca	74	Agricultor familiar
Lote 6	Dona Neta	66	Agricultora familiar
	Francisco	Não informado	Agricultor familiar e Aposentado
Lote 7	Helena	Não informado	Agricultora familiar e Aposentada
	Geny	Não informado	Agricultora familiar e Aposentada
Lote 8	Mãe da Geny	Não informado	Aposentada
	Irmão da Geny	Não informado	Agricultor familiar
	Filha da Geny	Não informado	Pedagoga
Lote 8	João Alves	66	Agricultor familiar
	Lindalva Alves	59	Agricultora familiar

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Esse processo reflete uma tendência nacional: a juventude rural tem se distanciado do campo, desmotivada pelas condições de infraestrutura, ausência de perspectiva econômica e

pela falta de políticas que incentivem o protagonismo jovem. A ruptura geracional evidencia a urgência de programas de sucessão rural e políticas públicas que promovam qualidade de vida no campo. Conforme alerta Sabourin (2009), a reforma agrária só se efetiva quando novas gerações assumem o campo como espaço de vida e de trabalho, com autonomia e direitos garantidos.

A evasão dos jovens dos assentamentos contribui para a reconcentração fundiária silenciosa. Muitos lotes, especialmente quando os titulares envelhecem ou falecem, são arrendados ou vendidos de forma informal a grandes fazendeiros, pecuaristas ou mesmo empresários, em desrespeito à função social da terra. Esse fenômeno, já apontado por Gonçalves (2023), representa uma contrarreforma agrária que ameaça a base do modelo camponês e compromete décadas de luta por terra e dignidade.

Apesar desses desafios, muitas famílias continuam resistindo e construindo experiências promissoras. Nos lotes da Dona Geny, da Dona Helena e do Sítio 5 Estrelas, observa-se o uso de práticas sustentáveis como consórcios agroecológicos, reaproveitamento de resíduos, rotação de culturas e criação diversificada de animais.

O aproveitamento do soro do leite na alimentação dos suínos, a compostagem com resíduos da cozinha, a produção artesanal de queijos e doces, e o manejo ecológico dos quintais demonstram o acúmulo de saberes tradicionais e a capacidade de adaptação dos agricultores. Tais práticas refletem os princípios da agroecologia, como autonomia, diversificação, uso eficiente de recursos locais e conservação dos ecossistemas (Altieri, 2012).

Para enfrentar as limitações observadas, é urgente a implementação de políticas públicas estruturantes que vão além da simples entrega da terra. Dentre essas políticas, destacam-se programas de formação e capacitação técnica agroecológica, que sejam contínuos e contextualizados; o fortalecimento da assistência técnica pública, orientada pelos princípios da agroecologia e com presença territorial constante; a criação de incentivos voltados à permanência e ao protagonismo da juventude rural, garantindo acesso, por exemplo, à educação no campo, à internet e à infraestrutura básica; a regularização fundiária com controle social, assegurando que os lotes permaneçam sob domínio das famílias assentadas e cumpram sua função social; e o apoio à comercialização direta e à organização coletiva, por meio de cooperativas, feiras e compras institucionais.

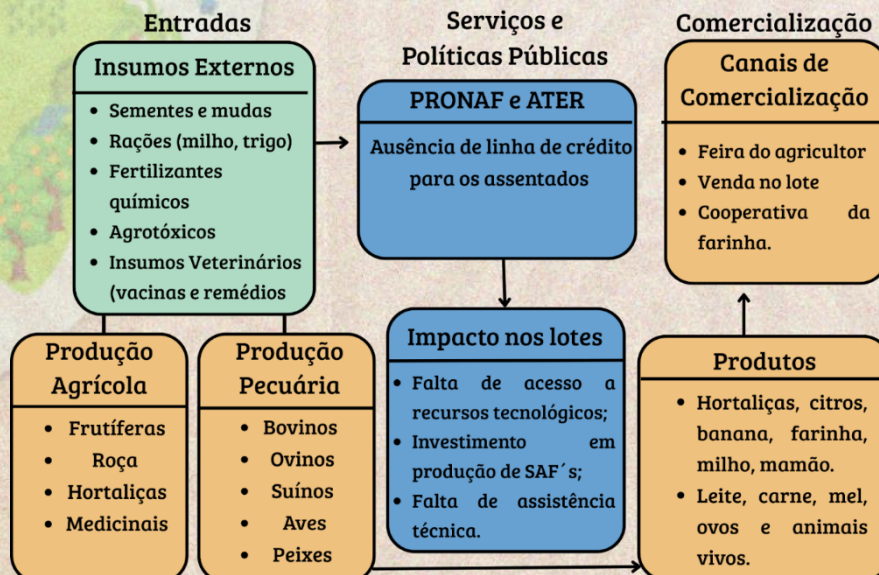
Como observa De Souza (2023), a efetivação da reforma agrária não se resume à redistribuição de terras, mas à construção de condições para o desenvolvimento sustentável e emancipado dos assentados, com respeito à diversidade sociocultural e produtiva do campo brasileiro.

3.3 Dinâmica dos Fluxos de Insumos, Produtos, Comercialização e Serviços

As propriedades abordadas nesse estudo possuem uma complexidade peculiar, visto que abrange adaptações no processo de retroalimentação e comercialização em meio às relações capitalistas de produção. Logo, as práticas agropecuárias estão muito enraizadas na comercialização de produtos vegetais e animais oriundos da agricultura familiar, como: milho, mandioca, hortaliça, frutas, leite, mel, bovinos, caprinos e suínos, respectivamente.

Essa dinâmica, embora muitas vezes informal e marcada por limitações logísticas e institucionais, representa uma estratégia fundamental de existência e geração de renda, evidenciando a resiliência das famílias diante da escassez de políticas públicas estruturantes. A complexidade das dinâmicas de fluxos das propriedades estudadas está descrita na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de produtos, serviços e comercialização dos lotes agrícolas do Assentamento Palmares II, Parauapebas (PA).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Observa-se no fluxograma, dentro do segmento de comercialização, que a produção pelas famílias abrange tanto itens vegetais quanto animais, incluindo mandioca, hortaliças,

frutíferas, leite, ovos, mel, além de animais vivos como suínos, caprinos e bovinos para consumidores externos. De acordo com Schneider (2003), os caminhos mais curtos de comercialização são predominantes nesse tipo de sistema produtivo, por mais que favoreçam o vínculo direto entre agricultores e consumidores, muitas vezes apresentam limitações de escala e acesso a mercados mais estruturados.

Os principais canais de comercialização identificados foram:

- **Feiras livres locais:** com destaque para a feira do agricultor no município de Parauapebas, utilizada por algumas famílias para escoamento de excedentes, especialmente de produtos frescos e processados de mandioca;
- **Venda direta nas propriedades:** realizada de forma esporádica para vizinhos e consumidores locais, geralmente mediante encomendas e visitas ocasionais;
- **Cooperativas de base local:** mencionadas apenas pelo Sítio 5 Estrelas, cuja a família participa de uma cooperativa voltada à produção e comercialização de farinha de mandioca e produtos de hortifrutí.

Apesar da diversidade produtiva em alguns lotes, a comercialização ainda é considerada um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias. A maioria não dispõe de meios de transporte próprios, infraestrutura de armazenamento, embalagens adequadas ou assistência técnica voltada ao planejamento produtivo e de escoamento. Conforme Altieri (2004), a ausência de suporte institucional compromete a viabilidade econômica dos sistemas familiares, pois intensifica a dependência de intermediários e reduz a autonomia dos agricultores.

Essas limitações dificultam o acesso a mercados mais bem estruturados e impedem fortalecimento de canais institucionais, como PNAE e PAA, que poderiam ser estratégicos para a agricultura familiar do assentamento. Ademais, a informalidade impregnada nas transações comerciais e a ausência de organização coletiva entre agricultores limitam o alcance dos produtos e sua valorização no mercado. Partindo disso, a consequência é a renda gerada instável e a depender do caso, insuficiente para garantir a reprodução socioeconômica das unidades familiares, agravando a dependência de práticas convencionais e de subsídios externos à produção (Schneider, 2010).

Em grande parte dos casos, as unidades familiares operam com base em decisões de curto prazo e com baixa capacidade de planejamento produtivo, o que limita a consolidação de

sistemas mais sustentáveis e economicamente viáveis. Essa fragmentação reflete tanto a carência de apoio técnico e político quanto os condicionantes culturais e históricos que moldam a lógica de organização do trabalho familiar. Segundo Lamarche (1993), as estratégias de produção e reprodução da exploração familiar são organizadas e pensadas mediante dois domínios, seu passado histórico onde estão presentes suas raízes culturais e um modo de vida mais tradicional e no outro extremo o que projetam para o seu futuro, ou seja, as articulações de desenvolvimento da própria unidade.

Apesar das propriedades possuírem uma diversificação de espécies vegetais e de produção animal, apenas uma minoria é voltada como fonte de renda, além de apresentarem baixo grau de integralização dos subsistemas de cultivo e criação, sendo a maioria dos recursos ainda destinados para o alto consumo dos membros das famílias. A ausência de diversidade produtiva e de integração ecológica nas unidades familiares limita sua resiliência socioeconômica. Petersen et al. (2017) ressaltam que agroecossistemas sustentáveis dependem da interação equilibrada entre elementos produtivos, ecológicos e sociais, sendo essencial fortalecer a capacidade das famílias em gerir os fluxos de energia e insumos com base em recursos internos.

De acordo Boaes (2020), a agricultura familiar além de colaborar com a sustentabilidade garante ainda a preservação de áreas florestais e recursos naturais que estão disponíveis no meio rural onde residem as famílias, provando a auto sustentabilidade da agricultura camponesa. Contudo, medidas são necessárias para ampliar os horizontes de comercialização dos produtos provinda das interações dos sistemas produtivos para garantir a soberania alimentar desses agricultores.

No Assentamento Palmares II, observa-se que a maioria das propriedades familiares analisadas apresenta baixa integração entre os subsistemas de produção vegetal e animal, resultando em sistemas produtivos fragmentados e com pouca retroalimentação interna de nutrientes, energia e recursos. Esse padrão foi identificado em sete dos oito lotes visitados, onde predomina a separação entre criação de animais e cultivos agrícolas, sem um planejamento que articule ambos de forma sinérgica como, por exemplo, o aproveitamento de esterco para adubação ou resíduos agrícolas para alimentação animal.

Embora existam práticas pontuais que sinalizam iniciativas agroecológicas em construção, como o uso de adubos naturais, consórcios de culturas e compostagem de resíduos

domiciliares (caso do Sítio 5 Estrelas e da Dona Geny), essas experiências ainda não são sistematizadas nem amplamente replicadas entre os demais agricultores.

A maior parte dos lotes ainda opera com base em lógicas tradicionais de manejo, fortemente dependentes de insumos externos, como rações industrializadas, agrotóxicos e fertilizantes químicos, sem apoio técnico contínuo que incentive a transição para práticas mais sustentáveis. Dessa maneira colaborando com a visão de Schneider (2003), no sentido de que as políticas públicas são elementos centrais na estruturação dos sistemas produtivos familiares, sendo o crédito e a assistência técnica vetores fundamentais para a viabilização de práticas sustentáveis no campo. Com isso, a ausência ou até mesmo exclusão desses serviços limita o investimento em inovações, como os sistemas agroflorestais (SAFs) e eleva a dependência de práticas convencionais e insumos externos.

O uso recorrente de fertilizantes químicos, agrotóxicos, rações industrializadas e insumos veterinários comerciais reflete a dependência de insumos externos dentro do modelo de produção. Essa característica é amplamente discutida por Altieri (2004), o qual ressalta os riscos ecológicos e socioeconômicos desse padrão produtivo, ainda mais em contextos de agricultura familiar, onde a autonomia produtiva é um fator-chave para a sustentabilidade. Nessa perspectiva, a dependência de pacotes tecnológicos limita a resiliência dos sistemas e dificulta os avanços da transição agroecológica de maneira mais autônoma.

4. Conclusão

A Reforma Agrária, ao longo das décadas, tem representado uma das principais vias de enfrentamento das desigualdades no campo brasileiro, promovendo o acesso à terra e a construção de territórios produtivos e de resistência. No caso do Assentamento Palmares II, observou-se que, apesar das adversidades estruturais, há um grande potencial produtivo, social e ambiental a ser fortalecido por meio da valorização da agricultura familiar e da agroecologia.

A caracterização dos oito lotes visitados revelou realidades diversas, marcadas por limitações no acesso a recursos e políticas públicas, mas também por práticas resilientes e saberes acumulados. A inter-relação entre a estrutura socioprodutiva das propriedades e os fluxos de insumos, produtos e serviços permite identificar caminhos possíveis para o fortalecimento da autonomia camponesa e a construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis. Contudo, para que esse potencial se converta em transformações efetivas, é necessário o

comprometimento do Estado, o fortalecimento das organizações sociais e o apoio contínuo à educação do campo e à assistência técnica agroecológica.

5. Agradecimentos

Aos agricultores e agricultoras familiares do Assentamento Palmares II, que nos acolheram de forma tão generosa durante os dias de estágio. Suas experiências, saberes e vivências foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e enriqueceram profundamente nossa formação acadêmica e humana.

6. Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ALTIERI, Miguel Angel et al. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1998.

ASSIS, William Santos de et al. **Agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia brasileira: uma reflexão a partir da Agroecologia política**. Revista Brasileira de Agroecologia, 2019.

BOAES, A. A. **Agricultura familiar como fonte de renda e subsistência no Ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá**. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

CARNEIRO, M. J. **Reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Política & Sociedade, v. 11, n. 22, p. 9-30, 2012.

DE SOUZA FERNANDES, Débora Letícia. **O Desenvolvimento dos Programas de Crédito Fundiário: Uma Análise Sobre a Questão Agrária no Brasil**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal).

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes, 2000.

GONÇALVES, Dalva Felipe Oliveira; DOS SANTOS, Claudinei Lucio Soares. **O PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS: THE PROCESS OF LAND FOREIGNING IN BRAZIL: AN ANALYSIS ON LEGAL AND LEGISLATIVE ASPECTS.** Ponto de Vista Jurídico, v. 12, n. 1, p. 15-40, 2023.

GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; TRUJILLO-ORTEGA, L. **Revisando o enfoque evolutivo da transição agroecológica.** In: LOPES DO CARMO, D. et al. (org.). Pesquisa em agroecologia: conquistas e perspectivas. Viçosa, MG: Furnabe; Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa, p. 29-43, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos: o que são e como funcionam.** Brasília: INCRA, 2020.

JÚNIOR, Clodoaldo Brandão Costa. **EXPULSÃO DE ASSENTADOS RURAIS COMO CONSEQUÊNCIA DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA: análise da alta evasão no assentamento José Antônio Eufrouzino-PB.**

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: Comparação Internacional.** Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993.

PETERSEN, P. et al. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas.** 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade.** 2009.

SANGALLI, A. **Reforma agrária no Brasil: contradições, limites e desafios.** Revista NERA, v. 18, n. 28, p. 15-38, 2015.

SANGALLI, Adriana Rita et al. **Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (ms), BRASIL.** Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SAUER, S. **Reforma agrária no Brasil: avanços e limites.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 2, p. 271-299, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Os mercados e a agricultura familiar**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS. p.165–190, 2010.

SILVA, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no Brasil**. Revista de Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n. 1, p. 45-58, 2017.

SILVA, Joseilda Maria. **Agricultura Familiar na Produção de Alimentos Saudáveis para a Geração de Renda e Desenvolvimento Local Sustentável**. Relato de Experiência. Revista Craibeiras de Agroecologia, v. 1, n. 1, 2017.

SOUZA, Haroldo de et al. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no Sudeste Paraense: o Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA**. 2010.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: história, contradições e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

